



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 66**

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 29-09-2008

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, Vítor Manuel da Silva Martins, Paulo Alexandre Florentino Marques, Fernando Tavares Marques, Luis Claro de Jesus, Sésnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Casimiro Simões Calafate, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes e Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira (chegou às 22:30 horas), Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e Margarida Dias Ferreira.

Nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário para apreciação do pedido de suspensão do mandato pelo período 90 dias dos Vogais João Evangelista Rocha de Almeida e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, sendo substituídos por Sérgio Filipe Pires Loureiro e António de Bastos Marques Rodrigues, respectivamente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Raúl Ventura Martins e António Manuel de Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, respectivamente.

Nesta reunião o sucedâneo na lista de candidatura António de Bastos Marques Rodrigues apresentou escusa e esteve presente Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, António Mário da Fonseca Neto e Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião por Paulo Alexandre Florentino Marques e José Fernandes Pereira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa<sup>02</sup> deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga (CIRA) – deliberação de adesão e aprovação de Estatutos;**
- Ponto 3. – Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal – deliberação de adesão e aprovação de Estatutos;**
- Ponto 4. – Auditoria Externa das Contas do Município – nomeação de Auditor externo;**
- Ponto 5. – Programa FINICIA – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Aveiro;**
- Ponto 6. – Regulamento Urbanístico Municipal;**
- Ponto 7. – Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas;**
- Ponto 8. – IMI, Derrama, Participação variável no IRS e Taxa Municipal de Direitos de Passagem – fixação de Taxas para 2009;**
- Ponto 9. – Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Bairrolar – Sociedade de Construções, Lda.**

(Deram entrada na sala os Vogais Sérgio Filipe Pires Loureiro e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva).

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:<sup>02</sup>

Acta n.º 63 – Sessão Extraordinária de Junho: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e um votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 64 - Sessão Ordinária de Junho – 1ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e um votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 65 - Sessão Ordinária de Junho – 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e um votos a favor e quatro abstenções.

(Entraram na sala de Plenário os Vogais João Alberto Simões Barbosa e Armando Manuel Dinis Vieira).

Usaram da palavra:

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>03</sup>

Presidente da Mesa <sup>04</sup>

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

(Todas as intervenções tem como suporte registo digital áudio)

Usou na palavra o munícipe *Pedro André Santos Neto*<sup>05</sup>, Presidente da ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento, uma ONG sediada em Aveiro, que veio apelar à Assembleia para participação na “Semana do Milénio”, um projecto de Sensibilização e Educação para o Desenvolvimento.

Após a intervenção do munícipe, a Presidente da Mesa concedeu a palavra aos seguintes membros:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>06</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>07</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>08</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>09</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>010</sup>

Presidente da Mesa <sup>011</sup>

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>012</sup>

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

De seguida, a Presidente da Mesa deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia, nos termos regimentais concedendo a palavra aos seguintes membros:

(Todas as intervenções tem como suporte registo digital áudio)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>013</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>014</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>015</sup>

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) <sup>016</sup>

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) <sup>017</sup>

Vogal João Barbosa (PS) <sup>018</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>019</sup>

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: <sup>020</sup>

*“Estamos a iniciar a última sessão (isto não é uma sessão legislativa), mas é praticamente a última sessão antes de terminar o mandato; começa agora e terminará em Junho ou Julho e, portanto, teremos depois pouco mais.*

*Dai que tenha chegado a altura de fazermos um balanço do que se realizou no presente mandato.*

*Até há presente data, não sabemos nem tão pouco alguma vez nos foi dito, que conceitos de cidade têm!? O que pretendiam e o que fizeram por Aveiro? Que tipo de desenvolvimento encetaram? Que projectos apresentaram? O que realizaram?*

*Para nós o conceito de Cidade está necessariamente ligado não só ao desenvolvimento económico, mas também ao ordenamento urbanístico — e aqui não é só a construção, mas também os espaços verdes e as infra-estruturas; como também são importantes as manifestações culturais, a preservação do património e a resolução dos problemas sociais.*

*Porém, qualquer mandato faz-se a pensar nos munícipes. Estes terão que sentir que é para eles e com eles que os mandatos se fazem. Tem sido assim?*

*Decorridos mais de dois anos como está a nossa cidade?*

*Bem, as estradas e as ruas continuam a apresentar buracos, pisos em más condições, passeios com empedrado levantado, um verdadeiro perigo para quem lá quer passear sobretudo por pessoas mais idosas e as crianças.*

*Os espaços verdes estão descuidados, maltratados. Até os parques infantis estão abandonados! As areias não são tratadas nem substituídas — e perdoem-me que lhes diga, que se encontram com muitas pulgas e dejectos dos cães. Os escorregas e os baloiços, bem como os carrosséis, encontram-se em mau estado de conservação e alguns demonstram já alguma perigosidade para quem os quer utilizar.*

*E o nosso Parque? Um ex-libris da cidade continua degradado, direi mesmo abandonado. E digo isto não só no que diz respeito às árvores, mas também ao lago. Principalmente ao piso, com raízes buracos e grandes pedras que não permitem que as pessoas possam por elas caminhar a não ser com grande cuidado; o mesmo acontecendo também com o próprio parque do Rossio.*

*São estes Parques em estado de desmazelo que mostramos aos visitantes?*

*Como é possível que após tantas chamadas de atenção tudo continue na mesma? É dos tais problemas que me parecem de fácil resolução uma vez que o executivo tem equipas para esse fim.*

*Então o tão propalado “amor” por Aveiro onde está? Então este executivo não se propôs melhorar a vida dos munícipes? De que forma o têm feito?*

*Alerto mais uma vez para a falta de iluminação da cidade, seja nas ruas, seja nas praças.*

*E que dizer no Canal de São Roque. Continua a falta de iluminação e mais uma vez a relva e as árvores estão votadas ao abandono.*

*Quanto ao Campus da Justiça. Uma bandeira deste executivo, como está? Em que situação se encontra o início das obras? E ao falar de justiça é bom lembrar que o TAF, que tanta gente mobilizou, vitória difícil mas conseguida, afinal ainda não está em funcionamento quando deveria. Porquê tanto atraso? Sei que em todos os executivos há boas e más iniciativas. Também é normal que quem chega não se queira colar ao anterior. Porém, se uma iniciativa é válida porquê deixá-la de lado ou minorizá-la. Estou-me a referir ao dia 22 de Setembro, Dia Europeu da Mobilidade. De há dois anos para cá assistimos a um cada vez menor empenhamento e dinamização desse dia. O objectivo como bem sabem, é chamar à atenção para os problemas ambientais, levando o cidadão a consciencializar-se de que deverá empenhar-se cada vez mais na defesa do ambiente, evitando por exemplo utilizar os seus veículos motorizados. Será também uma ocasião ótima de promover os transportes públicos — mas nada disso tem sido feito!? Não era de aproveitar para sensibilizar os mais novos? Nesse dia tem-se vindo cada vez mais a limitar mais os espaços de não circulação de veículos. Este ano foi mesmo o mínimo dos mínimos — apenas a Praça Mercado Manuel Firmino. Quem deu por esta iniciativa? Hoje também se realizou uma comemoração, o dia da Brigada de Reacção Rápida na Praça Marquês de Pombal; mas esta teve direito a poupa e circunstancia. Acontece que este Executivo deveria ter informado não só os serviços públicos*

*que ali se encontram sedeados, mas também todos os outros que ali desenvolvem a sua actividade. Como nada foi feito, o trânsito ficou um caos impedindo não só a circulação para aquela praça, como também o acesso ao parque subterrâneo que ali se situa. Ninguém sabia onde e porquê tanta confusão. Fica a aqui a nota para que da próxima vez não volte a acontecer; os munícipes agradecem e os vários serviços, seja o Tribunal e os outros também o fazem.*

*Vou terminar, lembrando que muito mais haveria a dizer, porém tudo quanto atrás refiro, serve apenas e só para lembrar que não basta declararmos um grande amor por Aveiro. É necessário, como acontece com esse sentimento a outros níveis, manifestá-lo — o que no meu ponto de vista não tem acontecido.”*

Vogal João Barbosa (PS) <sup>021</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>022</sup>

Vogal Filipe Seiya Neves (PCP) <sup>023</sup>

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) <sup>024</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>025</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento, apresentou o seguinte protesto: <sup>026</sup>

*“Quero fazer um protesto em nome pessoal contra a intervenção que ouvi aqui do Dr. Jorge Nascimento, por duas razões muito simples: primeiro, porque é jurista de profissão e, portanto, tem obrigação de saber que o despacho é absolutamente verdadeiro. Mas que foi, ainda que não tenha sido oficiado a esta câmara, posso-lhe garantir, e amanhã mesmo farei chegar ao seu gabinete o despacho que manda o processo para trás e manda a reabertura do inquérito.*

*E como vossa excelência sabe, não quer dizer que esse seja mentira. Quer dizer que já não tem validade. Entende isso senhor Jorge Nascimento? Eu lamento, e tenho respeito por si, como profissional (ao contrário do Senhor Dr. que manifestamente não o teve na sua intervenção), que lhe devo dizer que é capciosa e que não esperava da sua pessoa.”*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>027</sup>

Presidente da Mesa <sup>028</sup>

*“A Mesa tem que dizer que solicitou ao Sr. Deputado Raúl Martins os documentos que ele disse que tinha e que comprovavam a sua inteira legitimidade na acumulação de cargos, de deputado municipal da Assembleia Municipal de Aveiro e as funções que exerce relativamente aos fundos comunitários na CCRC. E até ao momento a Mesa não recebeu qualquer documento do senhor deputado. O Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, tem da Mesa já indicações para voltar a officiar o Sr. Deputado Raúl Martins (indicações feitas hoje, já decorridos como sabem meses) officiar ao Sr. Deputado Raúl Martins, para dar cumprimento aquilo que ele próprio se comprometeu a fazer. Ou seja, fazer chegar à Mesa os documentos que diz que comprovam a sua isenção de incompatibilidades.”*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>029</sup>

Presidente da Mesa <sup>030</sup>

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) <sup>031</sup>

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: <sup>032</sup>

*“Três breves notas e dirijo-me ao Sr. Eng.º Carlos Santos - aliás, eu não tenho nada a dizer do executivo, sempre que eu falo em alguma coisa resolvem o problema.*

*É o seguinte: há ali uma placa de sinalética na Avenida que diz “Canal de S. Roque”. Ora, todos nós sabemos que o Canal de S. Roque, toda aquela zona, é uma zona nobre da cidade. E quero-lhe dizer que as pessoas no canal de S. Roque, umas quatro ou cinco pessoas que falei comigo, que no outro dia convidaram umas pessoas lá debaixo do Sul, e chegavam ali à Avenida, davam a volta junto ao “Tangará” e depois continuavam a dar voltas à Avenida e nunca encontravam o canal de S. Roque.*

*O que eles me sugeriam é que a Câmara mete-se ali atrás do antigo “Trianon” a indicação do canal de São Roque. Depois lá em cima naquele cruzamento que dá para a Rua de Sá, para a Rua do Gravito, a indicar para baixo para o canal e não era preciso mais nada; julgo que duas placas eram o suficiente.*

*O segundo assunto e que é muito simples, é que aquela rua paralela ao canal de S. Roque, e que foram as mesmas pessoas que me fizeram essa observação, tem um traço amarelo de um lado e um traço descontínuo amarelo também do outro lado. Quer isto dizer o quê? Que nem dum lado nem do outro se pode estacionar.*

*O terceiro assunto, e já falei nisto, e o Eng.º Carlos Santos, que resolveu em parte, a antiga estrada da Barra, portanto, aquela estrada que vai para a Marinha da Troncalhada - não sei se já tem reparado, nas marés vivas e não precisam de ser muito vivas, a água vem para a estrada; aquilo é impossível de lá passarem. Não só os utentes dos clubes náuticos como até as centenas e centenas de visitantes. Chegam ali e os carros têm de ficar a uma certa distância no sentido de que a água transborda e fica ali outra Ria ao lado, além de que aquelas obras que fizeram os empreiteiros não deixaram aquilo devidamente nivelado. A pessoa chega ali e tem uma espécie de um degrau. Ora, eu acho que deviam exigir que fizessem a ultrapassagem daquela situação de uma maneira mais suave.*

*Portanto, Eng.º Carlos Santos, estes são três assuntos que eu acho que se resolvem duma penada e que amanhã vai diligenciar no sentido de os resolver.”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) <sup>033</sup>

Vogal Orlando Terra Seca (PS) <sup>034</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>035</sup>

*“Queria apresentar um **Voto de Pesar**, do seguinte teor:*

*«É com profundo pesar e grande consternação que evocamos a memória de Dom Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro, falecido no passado dia 5 de Agosto.*

*Figura insigne, humanista cuja presença no Concílio Vaticano II lhe permitir uma participação activa na adequação da igreja aos novos tempos e colaborador, com os seus escritos, com vários órgãos de comunicação social, transmitindo sempre uma palavra de compreensão, justiça e bom-senso.*

*Com consternação, propomos um voto de pesar, pela Assembleia Municipal de Aveiro, pedindo que este seja comunicado à Diocese de Aveiro, na pessoa do Seu Bispo, Dom António Francisco».*”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: <sup>036</sup>

*“Eu vou falar sobre o empréstimo e pedir ao Senhor Presidente da Câmara que divulgue o acordo que fez com a Caixa Geral de Depósitos; até para que todos fiquemos sem dúvidas sobre se tinha sessenta dias, noventa dias, quinze dias, o que fosse...*

*Penso que esse acordo deveria estar na página da Internet (que melhorou bastante diga-se), para esclarecimento dos munícipes, dos deputados, que o deviam conhecer, e de todos os aveirenses. Este é o meu primeiro pedido que pode ser útil na clarificação deste assunto, que é gravoso para o município, mas principalmente para os credores da Câmara. E eu não vou invocar a velha herança porque já estou farto disso.*

*O outro ponto era perguntar, e estranhar, mais estranhar do que perguntar, a razão porque não está aqui o Dr. Pedro Ferreira para explicar estas coisas dos empréstimos — acho que devia estar aqui. E eu acho que ele devia por dever da obrigação estar aqui. Estão todos os Senhores Vereadores e ele não está!?*

*Terceiro assunto. Eu gostaria que fosse claramente informado sobre um documento, edital que foi no Domingo publicado no Diário de Aveiro, e que refere todas as participações do município às associações do concelho. E gostava que essas verbas fossem explicadas. Porquê e porque foram? Porque há muitas Associações que não receberam qualquer verba e eu gostava de saber qual é o critério.”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: <sup>037</sup>

*“Passados alguns meses sobre a última reunião desta Assembleia, muitos seriam os assuntos a considerar no período antes da Ordem do Dia.*

*Porque constrangidos pelo tempo, apontarei apenas três assuntos que atormentam a nossa oposição, não a do bloco de esquerda ou do partido comunista, que se têm mantido afastados da politiquice rasteira praticada pela ala socialista do nosso concelho, numa autêntica chicana, cuja subtileza falaciosa tenta iludir a opinião pública.*

*Conhecemos bem a arte da política de fachada desta oposição PS, irresponsável e conducente ao mau nome de Aveiro. Tentarei ser sintético na abordagem de algumas questões que ilustram bem que este PS não estava preparado para ser oposição. Não teve unhas para ser posição (como se provou) quedando-se agora em jogos de bastidores soturnos que não dignificam ninguém.*

*Na minha intervenção farei menção ao Sr. Deputado Raúl Martins que, não obstante a sua ausência, julgo por conveniente referenciar pelos motivos que facilmente entenderão. Estou certo que alguém levará a carta a garcia.*

*Questão primeira: Contra ventos e marés, e contra a vontade de muitos, destacando-se aqui o responsável concelhio do PS Aveiro que encabeçou o lobby do contra, este executivo fez aprovar pelo Tribunal de Contas o empréstimo bancário que havia sido firmado em contrato com a Caixa Geral de Depósitos, com vista ao pagamento dos mais de mil credores, que brotaram da ruína financeira herdada da governação socialista.*

*Ficamos a saber informalmente e por via da especulação de opiniões, abertamente dada a conhecer pela comunicação social, que a CGD não estará na disposição de cumprir o estabelecido no referido contrato, o que a ser verdade é grave. É grave porquanto é uma instituição financeira de capitais exclusivamente públicos, e, portanto, deveria zelar por cumprir os compromissos assinados e que são de relevância capital para o município de Aveiro.*

*Esta Câmara fez o que deveria ter feito – um trabalho exemplar que culminou não só na aprovação junto do Tribunal de Contas mas, também, por ter produzido um dossier para esse fim que serviu de referência nacional e que será seguramente seguido por outros municípios. Se houve quem abusivamente tivesse pedido a cabeça do Vereador Pedro Ferreira, caso a decisão do tribunal de contas tivesse tido outro desfecho, certo é que este é o momento para que, com justiça, o felicitemos.*

*Estou confiante que a Caixa Geral de Depósitos fará jus ao compromisso que tem para com o Município de Aveiro e bem assim para com os aveirenses, sob pena de a vermos como “non grata”, e, nessa circunstância, termos de levantar a voz da indignação, soltando-a aos sete ventos. O risco financeiro que a CGD acordou é da sua inteira responsabilidade e está inerente à sua condição negocial, tal como em qualquer outra actividade.*

*Se CGD não honrar o compromisso é necessário dizer aos credores, muitos deles asfíxiados, que a responsabilidade por todo este enredo insólito se deve única e exclusivamente a essa instituição de bancária, detida pelo Estado Português. E perguntaremos se é este o estado do*

*estado Português. Queremos crer que nos encontramos apenas perante argumentos atinentes a dados circunstanciais derivados da conjuntura económica mundial e não haverá aqui qualquer outro indício de desconfiança, o da manipulação política. Estamos certos disso, até porque se assim não fosse estaríamos perante um facto atroz, com a capa do Estado.*

*Claro está que alguns socialistas em Aveiro (não os que são credores, porque esses sentem na pele a perda) mas os de política reduzida, cuja cegueira politiqureira tem um único fim, a destabilização, têm tentado lançar areia para os olhos da população referindo-se que a culpa é da Câmara. O que ganha Aveiro com este tipo de política?!*

*Lemos em determinada altura nos jornais que o líder concelhio do PS prometia manter-se atento ao destino que vai ser dado ao dinheiro do empréstimo.*

*Perguntamos a V. Ex.<sup>a</sup>, porque razão não esteve tão determinado em fiscalizar o que devia, quando se acometeram tamanhas atrocidades de desvario financeiro no período de vigência do executivo socialista, situação devidamente explanada nos contundentes relatórios da auditorias realizadas. Venha responder-nos Dr. Raúl Martins, explique-se! V. Ex.<sup>a</sup> que até é especialista na matéria, assim o diz, não nunca sentiu formigueiro ou será que nunca quis saber. Meus senhores haja decoro e nobreza nas atitudes, coloquem Aveiro em primeiro lugar.*

*Questão segunda: A bancada socialista, através de alguns dos seus destacados membros, tem vindo, de forma altaneira, sistemática a fazer insinuações com o objectivo de lançar suspeições graves sobre tudo e sobre todos e, porque isso resulta bem na comunicação social, animam-se e tomam a iniciativa de enviar tal suspeições para averiguação e decisão dos tribunais, utilizando os mais insólitos artifícios, designadamente por via do Governador Civil de Aveiro (canal rápido).*

*Acontece que não basta lançar boato ou suspeição perante pessoas de bem, é necessário ser-se conseqüente e consentâneo, provando os factos.*

*Pois bem, um eloquente membro desta Assembleia, Pedro Pires da Rosa, que quando fala parece ter a razão toda, como brilhante jurista/advogado que será, permitiu-se lançar, de forma categórica, uma incendiada suspeição sobre a “legalidade da deliberação da sessão extraordinária de 23/11/2007 da Assembleia Municipal e da deliberação tomada na reunião extraordinária de 29/10/2007 da Câmara Municipal de Aveiro referente ao Parque Desportivo de Aveiro - E.M.- aprovação de aumento de capital social e alteração do regime jurídico da empresa, bem como proposta de novos estatutos e acordo parassocial.”*

*Participou ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu as suas infundadas e mal preparadas dúvidas, tendo daí resultado uma decisão demolidora para si. Ficamos a saber sobre a forma gratuita como o fez, transparecendo total incúria, pois o Tribunal chega a afirmar que, «atendendo a que o queixoso não apresenta qualquer facto, limitando-se ao fácil exercício de apenas afirmar que tem "dúvidas" (as quais nem sequer referiu) nada têm neste momento a indicar, com excepção de que, na sua perspectiva, todo o processo tem decorrido com total transparência, tendo sido apresentado, analisado discutido e votado pelos órgãos competentes, no respeito rigoroso pela lei vigente.» O tribunal perante tal indeterminação do queixoso solicitou-lhe esclarecimentos adicionais sobre as dúvidas suscitadas sobre a legalidade dos actos em referência e Pires da Rosa nada disse.*

*O Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, na sua decisão deixou bem claro não ter “havido qualquer ilegalidade nessas deliberações, pois como se diz no ofício enviado pela câmara Municipal de Aveiro e como se constata pelos documentos juntos pelo próprio queixoso, todo o processo tem decorrido com total transparência, tendo sido apresentado, analisado, discutido e votado pelos órgãos competentes no respeito rigoroso pela lei vigente.*

*Motivo pelo qual não viu “necessidade de se propor qualquer acção administrativa especial para reposição da legalidade violada,” tendo determinado o arquivamento dos autos.*

*Isto não é demagogia nossa meus senhores, isto tem a chancela do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. Que grande puxão de orelhas Dr. Pires da Rosa!*

*Não se trata aqui de colocar em causa as capacidades profissionais do Sr. Deputado Pedro Pires da Rosa, até porque me escuso a tecer qualquer consideração sobre matérias que não são do meu foro, mas com toda a liberdade e frontalidade lhe digo que saiu muito mal no retrato.*

*Lemos nos jornais que o processo foi reaberto para averiguação da legalidade da deliberação camarária. Não significa isso que haja decisão contrária ao teor já proferido pelo tribunal e portando ilibe o Sr. deputado da grande argolada cometida. Esperamos com tranquilidade a decisão judicial final. Bem se vê que este PS não tem em funcionamento o anunciado gabinete de estudos, que lhe permitiria melhor preparar as matérias. Empirismo e demagogia são o método utilizado, mandam-se umas larachas a ver se a coisa pega.*

*Questão terceira e última: Porque razão o Sr. Deputado Raúl Martins foi tão veemente e aguerrido ao pôr em causa a presença do Sr. Deputado Diogo Machado, companheiro de coligação nesta Assembleia, defendendo que deveria abandonar o assento na bancada, por considerar que as duas funções são incompatíveis - vogal na Assembleia Municipal de Aveiro, da bancada do CDS-PP e Director de Projectos e Marketing da Expo-Aveiro, empresa cuja maioria do capital é da Câmara Municipal.*

*A decisão dos tribunais uma vez mais clarificou de que lado se encontra a razão. O Tribunal Administrativo Central (que não tem possibilidade de recurso) veio confirmar a decisão da primeira instância do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu que se havia pronunciado pela não incompatibilidade.*

*Uma vez mais verificamos a facilidade, e a ligeireza com que alguns elementos da bancada socialista façam suspeições infundadas, com a miragem única de denegrir e lançar poeira, tentando ocultar o péssimo exercício que a oposição tem prestado a Aveiro.*

*Termino lançando o repto ao Sr. Deputado Raúl Martins, não obstante o aqui referido pela Sr.ª Presidente da Mesa e das diligências tomadas sobre esta questão:*

*Não quer o Sr. Dr. Raúl Martins, via Governador Civil, para utilizar o mesmo método e a mesma argumentação que lhe serviu, auscultar os tribunais sobre a sua eventual incompatibilidade, considerando que Sr. é Vogal desta Assembleia Municipal e membro não executivo da Comissão Directiva do Plano Operacional do Centro?*

*Mesmo que formalmente se venha a verificar serem missões compatíveis, não entende que, por coerência, deveria ter uma postura conducente com os princípios que defendeu quando se referiu ao Sr. Deputado Diogo Machado, e portanto demitir-se de uma das funções? Ficava-lhe bem. Assim evitaria ter de faltar às reuniões onde se tratam matérias com afinidade ao município de Aveiro, lavando as mãos como Pilatos. Os cargos são para ser exercidos em plenitude.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento: [038](#)

*“Brevemente até porque é difícil conseguir-lhe explicar alguma coisa, embora o senhor queira perceber, o senhor quer perceber. O senhor quer perceber e acha que percebe, vou-lhe dizer devagarinho para ver se entende. Devagarinho Sr. Arquitecto, devagarinho...*

*O Tribunal Central Administrativo do Norte, que é uma Instancia Superior ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu revogou essa decisão, primeiro ponto.*

*Segundo ponto, considero uma ofensa pessoal, por isso é que estou a fazer esta defesa da honra, que o senhor que escreveu esse texto, todo convencido que vinha aqui fazer um brilharete, tenha tido a coragem de o ler mesmo sabendo que não tinha razão.”*

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento: [039](#)

*“Defesa da honra é complicado, porque o senhor Deputado Paulo Anes extrapolou, generalizou, e é uma pessoa inteligente, mas o senhor é um atrevido. Desculpe lá... esta queixa no Tribunal Administrativo não é feita em nome do grupo socialista, é individual. Porque é que o senhor me diz “os socialistas, eles, os socialistas”; contenha-se!*

*E depois..., são as asnáticas, desculpe a franqueza! Contenha-se! Reduza-se! Limite-se! Tenha bom senso, controle a linguagem. Porque se não tenho que o agredir, porque não foi o Partido Socialista..., há dois procedimentos judiciais administrativos...”*

Presidente da Mesa <sup>040</sup>

*“O Deputado Carlos Candal, fez uma intervenção para defesa da bancada, ou fez uma intervenção para expressar o seu distanciamento em relação à posição do Senhor Deputado Pires da Rosa e ao Deputado Raúl Martins?”*

Vogal Carlos Candal (PS): <sup>040</sup>

*“Também, também. Vossa excelência é muito lúcida e entendeu perfeitamente, é exactamente isso. Porque a bancada é a bancada e os camaradas são os camaradas. Estamos separados e não posso permitir que um qualquer energúmeno venha envolver o colectivo do meu partido a pretexto de temas avulso.”*

Presidente da Mesa <sup>041</sup>

*“Senhor deputado, já foi Presidente desta Assembleia e sabe que essa expressão “energúmeno” é objectivamente ofensiva e V/Exa., sabe, que no Regimento são proibidas todas as intervenções que ofendam a honra e consideração dos seus pares. Oor isso vossa excelência com a delicadeza, a cortesia e sobretudo a experiência política que tem retirará essa expressão, mesmo que tacitamente. Muito obrigada, senhor deputado Carlos Candal.”*

Vogal Carlos Candal (PS): <sup>041</sup>

*“Eu devo dizer o seguinte, vossa excelência conhece o Regimento e eu também porque eu ajudei a fazê-lo. Vossa excelência marcou uma revisão do Regimento, não reviu coisíssima nenhuma, tudo quanto está lá, ficou lá, continua lá. Energúmeno é aquele que não tem argumentos; é energúmeno. Se você tem uma ideia errada do que isso seja, se vossa excelência se sentiu ofendido por eu lhe chamar energúmeno, se se sentiu eu peço-lhe desculpa. Se isso o ofendeu eu peço-lhe desculpa. Na minha perspectiva que é a minha e peço-lhe desculpa outra vez, vossa excelência é um energúmeno. Peço-lhe desculpa. Peço-lhe desculpa.”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento: <sup>042</sup>

*“As palavras ficam por quem as tece. Não vou correr o risco de adjectivar aquilo que eu penso também sobre vossa excelência que também neste caso não seria muito agradável. Mas também não retiro uma única palavra daquilo que disse, porque a argumentação apresentada espelha bem a forma ligeira como que alguns assuntos aqui são tratados nesta Assembleia e chega-se ao limite de levar aos Tribunais Administrativos — e isto não faz qualquer sentido e é essa a minha opinião.”*

Presidente da Mesa <sup>043</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>044</sup>

*“Senhora Presidente, estamos no Período de Antes da Ordem do Dia destinado a tratar de assuntos que não se incluem nessa Ordem do Dia.*

*Houve aqui no entanto dois ou três assuntos que não se enquadram na Ordem do Dia ou até pela sua actualidade mereciam aqui uma referência e são eles os seguintes: O primeiro tem a ver com o processo do PDA que aqui esteve a ser falado. Dizer-vos que oficialmente desconhecemos aquilo que aqui foi transmitido aqui hoje na Assembleia; naturalmente que*

*não pomos em causa se é verdade ou não — oficialmente desconhecemos isso, não temos nenhuma informação oficial do que aqui foi referido.*

*O que nós sabemos hoje, às 22:35 da noite é que o TAF (Tribunal Administrativo Fiscal de Viseu) quando foi chamado a pronunciar-se sobre o processo, depois das averiguações que fez, concluiu desta forma «...como se constata pelos documentos juntos pelo próprio queixoso, todo o processo tem decorrido (e estou a ler aquilo que vem no relatório assinado pelo senhor Procurador da República em papel timbrado do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu) com total transparência, tendo sido apresentado, analisado, discutido e votado pelos órgãos competentes no respeito rigoroso pela Lei vigente». É isso que está aqui escrito, agora naturalmente que nós somos os primeiros dos interessados em que todo o processo possa decorrer com toda a legalidade e daí que até tenhamos tomado a iniciativa, quando o queixoso veio publicamente reafirmar a ilegalidade do processo e por em causa até a fundamentação utilizada, nós próprios, no sentido de clarificar tudo tomámos a iniciativa de oficiar ao próprio Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, dizendo exactamente isto, dizendo que: «...o queixoso reafirmou a ilegalidade do processo, que pediu a reabertura da averiguação e que afirmou que a deliberação do Tribunal não foi devidamente fundamentado». Nós próprios tomámos essa iniciativa para ficar tudo claro, dado que o município é o primeiro interessado, dizemos no ofício que mandámos, «...em que tudo possa decorrer com a transparência e a legalidade exigíveis e ficámos naturalmente ao dispor, se for entendido por necessário para prestar todos os esclarecimentos».*

*Outra questão que penso que não está na Comunicação Escrita que iremos analisar mais à frente, tem a ver com a questão dos lixos — que está a transformar-se numa bandeira política. E sobre os lixos dizer-vos, falar-vos de números, de factos concretos, mais do que opções políticas. E os factos a nível do concelho são os seguintes: primeiro os lixos domésticos os chamados RSU (resíduos sólidos urbanos) e dizer-vos aquilo que penso, que todos sabemos, é que cada um de nós, no nosso concelho, produz a média por dia de um quilo e duzentos gramas de lixo. O que significa que produzimos no concelho cerca de cento e vinte toneladas de lixo por dia.*

*São números que não temos um pouco a noção do que será colocar cento e vinte toneladas de lixo por dia no local próprio. Isto dá cerca de três mil e seiscentas toneladas por mês e qualquer coisa como quarenta e cinco mil toneladas por ano de lixo que nós produzimos no nosso concelho.*

*Quanto aos lixos industriais banais, o Instituto de Resíduos, como sabem é uma entidade oficial, estima que são produzidos anualmente no mínimo no nosso país cerca de trinta milhões de toneladas de RIB`S — trinta milhões de toneladas. Mas temos no nosso concelho mais duas realidades incontornáveis como consequência destas. A primeira realidade é que nós temos no nosso concelho (não é noutra concelho é no nosso concelho) um aterro de lixos que a todos penso que nos envergonha e que já ultrapassou o limite da sua capacidade, sem ter havido nenhuma decisão que impedisse esse facto. A segunda realidade com que nós nos confrontamos é que as nossas empresas que queiram agir com preocupações ambientais e com respeito pelo ambiente, tem que levar os seus resíduos à estação de tratamento mais próxima que fica a cento e vinte quilómetros de distância. Não sei se será fácil, como dizia há pouco o senhor Armando, que uma pessoa que pôs o seu 'anexo' abaixo, vá fazer duzentos e quarenta quilómetros para levar o seu lixo a Leiria. Naturalmente que a tendência será aquilo que se assiste, quem conhece o concelho profundo, não só a cidade, quem conhece o concelho profundo depara-se com muitas lixeiras clandestinas que naturalmente vão surgindo.*

*Esta é a realidade dos números, dos factos que estão à nossa frente. Perante esta realidade temos dois caminhos: Primeiro, que isto não é nada connosco. Isto é um problema dos outros, os outros que resolvam isto, o problema é deles — e depois naturalmente as lixeiras vão aparecendo um pouco por todo o lado. Ou sentimo-nos e assumimos a responsabilidade que*

*temos em encontrar uma solução para este grave problema e para estes números impressionantes.*

*Perante estes problemas, em relação ao primeiro já encontrámos uma solução. Já encontrámos um caminho que apesar de tudo o que se passou, de todas as naturais críticas feitas, veio a merecer em reunião de Conselho de Ministros um elogio e foi considerado um processo e um projecto excelente no que respeita o Ambiente. Esta é uma excelente notícia para Aveiro e é uma excelente notícia para quem respeita o Ambiente.*

*Quanto ao segundo problema os RIB`S, os chamados RIB´S, estamos a averiguar como é nosso dever, sobre a possibilidade de poder ser também encontrada uma solução para esses resíduos e dessa forma resolvíamos na totalidade o problema.*

*Assim, dizer-vos aqui que, contrariamente ao que tinha sido dito, não licenciámos nem aprovámos nenhum centro de valorização de resíduos industriais. Limitámo-nos a reconhecer o interesse de que um eventual centro desses possa vir a existir no nosso concelho — que é condição primeira e indispensável para que todas as entidades oficiais, venham técnica e legalmente a pronunciar-se sobre este assunto. Só assim, depois destas entidades todas se pronunciarem, e estamos a falar do Ministério do Ambiente, Ministério da Economia, da CCDRC, do Instituto de Resíduos Sólidos, das Águas, das Associações Ambientais, só depois dessas associações se manifestarem, concederem o seu parecer técnico e legal, é que o processo virá naturalmente, aí sim já em termos de projecto, ao município, para que o município aprove ou não aprove em função daquilo que seja o projecto e em função daquilo que vão ser os pareceres que vamos receber.*

*Quanto às considerações políticas que têm sido produzidas em torno disto, permitam-me só lembrar aquilo que publicamente, já em 2003 o então Presidente da República Dr. Jorge Sampaio (penso que uma figura insuspeita), disse sobre este assunto dos RIB´S, dizia ele: «estamos a produzir resíduos industriais todos os dias e é insuportável (a expressão é do senhor Presidente da República) que ninguém saiba o que estamos a fazer a esses resíduos». Isso já há cinco anos!?! O mais alto magistrado da nação considerava a situação insuportável, imaginem como será a situação neste momento.*

*Em nome de um melhor Ambiente, em nome de um futuro melhor, nós estamos preocupados e interessados em saber para onde vão esses resíduos. Não queremos lixeiras ilegais e sem controlo no nosso concelho — queremos tudo legalizado e controlado.*

*Quanto à Brigada de Acção Rápida que esteve aqui hoje em Aveiro. Não estará naturalmente na Comunicação Escrita. Para dizer que Aveiro foi hoje o concelho distinguido com uma iniciativa de âmbito nacional que decorreu aqui na nossa cidade. Penso que foi uma distinção para nós termos recebido a Brigada de Acção Rápida. O assunto foi noticiado antecipadamente na Comunicação Social, estava no site da Câmara, naturalmente que surgiram alguns incómodos e pelo facto nós pedimos as nossas desculpas e certamente que para a próxima poderá correr ainda melhor.*

*Quanto ao Campus da Justiça penso que não está também na Comunicação. A informação que nós temos é que em breve, a médio prazo (é melhor dizer a médio prazo) está prevista a abertura do concurso, que será aberto pelo Ministério da Justiça. Muito breve está prevista essa abertura desse concurso para a construção do Campus da Justiça.*

*Quanto ao TAF, como sabem, também em Conselho de Ministros isso já é público. Foi aprovado o início do funcionamento a partir de 02 de Janeiro de 2009 e nessa altura é expectável que as obras que a Câmara já abriu concurso e já está em fase de adjudicação estejam concluídas, para que o Convento das Carmelitas reúna as condições para receber finalmente o TAF.*

*Quanto à Operação de Saneamento. Se calhar e embora estando na Comunicação, deve haver uma referência, apesar de estar desactualizada, só darmos aqui uma nota desse assunto.*

*Como sabem e esse assunto veio aqui à Assembleia diversas vezes, quer em termos de assunto, quer formal, quer em termos de discussão, foi trazida. Decorreu um concurso, na sequência*

*desse concurso foi feita uma informação técnica que propunha que a instituição bancária que apresentava melhores condições era a Caixa Geral de Depósitos.*

*No dia 26 de Novembro o assunto foi aqui apresentado à Assembleia, foi discutido e foi aprovado no dia 27 de Novembro.*

*Logo no dia a seguir foi feita a assinatura de um contrato (não é nenhum acordo nem nenhum protocolo), estamos a falar de um contrato com a Caixa Geral de Depósitos. E o único bónus que esse contrato tinha era que a validade do mesmo ficava apenas dependente do visto do Tribunal de Contas.*

*No dia 29 de Novembro o processo entrou no Tribunal de Contas e depois é aquilo que já conhecemos. O visto foi dado a 31 de Julho e a informação foi-nos prestada a nós no dia 1 de Agosto de 2008. A partir daí fizemos o que nos competia. Contactamos a Caixa Geral de Depósitos, fomos tratando de todo o processo em termos burocráticos, fazendo chegar lá os documentos todos que eram necessários, depois pedimos a transferência de determinado valor no âmbito do que estava no contrato — e aqui surge a Caixa Geral de Depósitos verbalmente a colocar uma condição nova no contrato. Deseja que o contrato incluía uma comissão!? Como é óbvio, o documento que foi aprovado no Executivo, na Assembleia Municipal e no Tribunal de Contas, não tem nenhuma comissão. E como é óbvio, da nossa parte, apenas há a disponibilidade e estamos a fazer tudo nesse sentido para que se cumpra o contrato. O contrato é um acordo entre duas ou mais pessoas que transferem entre si alguns direitos ou se sujeitam a algumas obrigações.*

*A Caixa Geral de Depósitos nesse contrato sujeitou-se a obrigações. Naturalmente uma entidade que é detida 100% pelo Estado, tem acrescidas obrigações de respeitar as obrigações que assumiu nesse contrato. Decorrem contactos com a Caixa Geral de Depósitos e acreditamos, não podemos deixar de acreditar, estando num país de direito, que a Caixa Geral de Depósitos irá honrar os seus compromissos.*

*Quanto à questão aqui colocada, de colocar o contrato no site e dar visibilidade pública, não vejo nenhuma questão, nem nenhum problema, é um documento público portanto eu acredito que esta semana ele ficará já no site da Câmara, lá divulgado, para que as pessoas tenham acesso e possam verificar essa questão.*

*Quanto à questão que me foi colocada ali sobre a tal proposta que tinha os sessenta dias. Quando fala nos sessenta dias é uma proposta; então aquela proposta que foi feita era válida por sessenta dias. E dentro dos sessenta dias essa proposta, como todas as outras Instituições que fizeram propostas com validade dentro dos sessenta dias, essa proposta deu origem a um contrato e a partir daí os sessenta dias deixaram de contar — porque foi dentro dos sessenta dias que foi assinado o contrato e o que passa a valer aí é o que está no contrato. E depois lendo o contrato, apercebem-se naturalmente que não há a mais leve dúvida de que aí já não há esses sessenta dias de limite que havia na proposta que foi apresentada.*

*Sobre a não presença do Dr. Pedro Ferreira até há bocadinho, também não está na Comunicação Escrita. É só para informar que esteve presente em duas assembleias de escola, os chamados Conselhos dos Agrupamentos e é impossível estar lá e estar cá. Como era no período de Antes da Ordem do Dia pareceu-nos que face à importância que os assuntos tinham nesses dois Conselhos, parecia-nos que poderíamos prescindir durante algum tempo do Dr. Pedro Ferreira e daí ele ter estado nesses Conselhos e ter chegado só agora.*

*E penso que em relação ao que seria enquadrável no período de Antes da Ordem do Dia será tudo. As restantes questões depois na Comunicação Escrita serão abordadas.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>045</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>046</sup>

### Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>047</sup>

Presidente da Mesa <sup>048</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>049</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>050</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) <sup>051</sup>

**De seguida, a Presidente da Mesa<sup>052</sup> colocou à votação o Voto de Pesar, apresentado pela Grupo Municipal do PSD, pelo falecimento do Ex-Bispo de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com os votos a favor (17PSD+5CDS+13PS) e duas abstenções (1BE+1PCP).**

### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>053</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>054</sup>

Presidente da Mesa <sup>055</sup>

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) <sup>056</sup>

Presidente da Mesa <sup>057</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>058</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>059</sup>

Presidente da Mesa <sup>060</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>061</sup>

*“Como foi dito, duas entidades públicas, sérias, assinaram um contrato e assumiram nesse contrato determinados compromissos: uma das entidades assumiu o compromisso de fazer o empréstimo à outra por determinado tempo, por um determinado valor, e a outra entidade assumiu o compromisso de proceder a determinados pagamentos em valores tão claramente e inequivocamente definidos nesse contrato.*

*O processo decorre, já aqui foram dadas as datas, de 29 de Novembro que entrou no Tribunal de Contas, até 31 de Julho que foi o Visto. E na altura do contrato ser accionado uma das partes diz assim: houve alterações de mercado, houve profundas alterações na economia, daí que as condições que nos levaram a assinar o contrato daquela data se alteraram significativamente, pelo que nós para accionarmos aquele contrato queremos acrescentar mais uma condição, mais uma exigência; queremos que nos seja paga uma comissão. É só isto o que se passou.*

*Amanhã o documento circulará e ficará ao dispor de todos e poderão consultá-la e verificar o documento que foi assinado em 29 de Novembro.*

*Portanto, eu acho que não faz sentido, por isto, alterarmos a ordem de trabalhos que está prevista tanto mais que abrange uma comunicação que abrange muitos assuntos.”*

**De seguida, a Presidente da Mesa<sup>062</sup>, nos termos regimentais, colocou à votação o pedido de alteração da ordem do dia, apresentado pela bancada do PS, sendo o mesmo rejeitado.**

## **PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação da Comunicação Escrita.

(Todas as intervenções tem como suporte registo digital áudio)

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>063</sup>

Após a intervenção, a Presidente da Mesa, nos termos regimentais, concedeu a palavra aos seguintes membros:

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) <sup>064</sup>

Presidente da Mesa <sup>065</sup>

Vogal João Barbosa (PS) <sup>066</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>067</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>068</sup>

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) <sup>069</sup>

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: <sup>070</sup>

*“Vou só tocar o assunto do empréstimo, e da grande confusão que há entre a Câmara e a Caixa Geral de Depósitos. É que não compreendo muito bem a narração feito pelo Sr. Presidente da Câmara dizendo que há uma falha da parte da Caixa Geral de Depósitos. Ora, a Caixa Geral de Depósitos, nós sabemos que é uma instituição, séria, honesta, e que honra os seus compromissos; tem a confiança de milhões e milhões de portugueses. Não estou a dizer com isto que a desonestidade venha da parte da Câmara. Longe de mim pensar tal coisa, simplesmente e possivelmente o Senhor Presidente da Câmara não deve ter tido as informações correctas do seu apoio jurídico. É que eu tenho aqui um documento, um ofício da Caixa Geral de Depósitos, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, com todas as condições, datado de 14/11 de 2007, no fim diz isto: “tudo isto que aqui vai, tem uma validade de sessenta dias”... bem, então a Câmara é séria e a Instituição Caixa Geral de Depósitos é uma cambada de vigaristas! É isso que vocês querem dizer! É isso que vocês querem dizer! Eles fazem um ofício em 14 de Novembro de 2007 e dizem “tudo isto é por um prazo de sessenta dias”. Chega lá a proposta da Câmara passado um ano e com certeza queriam que a Caixa Geral de Depósitos ou outro banco qualquer mantivesse a proposta que tinha feito há cinco anos atrás.*

*Portanto Senhor Presidente da Câmara, é uma pena não ter distribuído pelos deputados o contrato. Foi pena não ter entregue ao vereador do Partido Socialista o contrato. O lapso é da Câmara.*

*A Instituição Caixa Geral de Depósitos não é propriamente uma loja de chineses, que hoje diz uma coisa e passado três dias só porque lhe convém diz outra. Não! Está aqui explicita a carta datada de 14/11 de 2007 e que diz - “estas condições têm uma validade de sessenta dias”. Passando esses sessenta dias com certeza que tudo vai ser diferente.*

*Portanto Senhor Presidente da Câmara, apelo ao seu bom-senso, porque devia entregar o contrato a todos os deputados ou pelo menos aos líderes de cada bancada, que eu julgo que vossa excelência está elaborar num lapso.”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) [071](#)  
Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) [072](#)  
Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) [073](#)  
Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) [074](#)

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: [075](#)

*“Uma vez que algumas das questões que eu coloquei antes da Ordem do Dia parece que fazem parte (ao que tudo indica), da Comunicação Escrita do Senhor Presidente, eu só vinha juntar aqui três questões e são dirigidas como é habitual aqui ao senhor vereador Carlos Santos que é o encarregado destas matérias.*

*Diz respeito ao seguinte: o problema do acesso ao parque de estacionamento no Marquês do Pombal junto à Casa Martelo. Aquilo continua a ser muito mau porque quem entra. Aquilo só deveria ter um sentido para entrar, e estou a falar do acesso junto aos correios, e portanto estacionam carros logo de manhã ali e impedem que as pessoas possam entrar muitas vezes os carros, querem entrar para irem para o estacionamento, têm que fazer marcha atrás, e vêm dar à Avenida de Santa Joana e aquilo é complicadíssimo.*

*Depois os semáforos é um problema que eu não sei como é que se vai resolver. Por isso o senhor Vereador tem aí um trabalho difícil. O problema também dos semáforos da Mário Sacramento estão a funcionar muito mal e aquilo é uma zona muito perigosa por causa da saída dos miúdos da escola e era capaz de ser útil que se resolvesse isso.*

*E a alteração do trânsito que fizeram na rua Dr. Manuel das Neves parece que não agrada nem a quem vai, nem a quem vem. O trânsito ali assim está feito agora em dois sentidos, não podemos vir pela Rua Jaime Moniz, quem vem de cima e aquele trânsito em duas faixas ali, não foi a melhor solução.*

*Também queria chamar a atenção para o facto de se manter ali junto da Casa Paris, na Avenida, e na antiga Casa Sérgio, um sitio que é utilizado não da melhor forma. Aquilo além de ter o lixo normal, há as pessoas que se aproveitam para urinarem etc. — e não é longe aqui da Assembleia Municipal. E eu chamava a atenção para isso para ver se podem resolver algum desses problemas.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: [076](#)

*“Bom em relação às explicações que o senhor Presidente nos deu a propósito do contrato com a Caixa Geral de Depósitos, bom serve para nós ficarmos descansados. Porque realmente o contrato vai ser... bem, já foi assinado e por isso aquilo que houve foi uma condição nova colocada verbalmente, simplesmente verbalmente, de um pedido de comissão. Por isso não há nada por escrito de que a Caixa Geral de Depósitos negue que vai cumprir o contrato e por isso só temos é que realmente esperar, por um lado pacientemente, mas por outro lado realmente com o sentido de que realmente com uma ânsia muito grande para que a Câmara finalmente faça face aos compromissos, que é isso que todos os aveirenses desejam e por isso esperamos que na nossa próxima Sessão da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Câmara nos possa trazer já as novidades de que realmente está desbloqueado este processo.*

*Em relação ao contrato com a SUMA, também só para relevar este facto, porque há muitos anos, muitos anos, que nesta Assembleia se fala na renegociação do contrato com a SUMA e por isso felizmente que foi renegociado o contrato e pronto saúdo-o, pelo facto de mais freguesias serem abrangidas e aqui não só o centro da cidade, mas outras freguesias do município, serem abrangidas também pela limpeza das ruas e o município ir pagar menos esse mesmo serviço.*

*Um outro aspecto que também gostaria de realçar é a entrada em funcionamento do edifício das Florinhas do Vouga. Também um contrato que foi aprovado aqui nesta Assembleia já há largos meses e que finalmente aquele edifício que só tinha os pilares está construído, está a funcionar uma série de valências desta instituição de solidariedade social, podem agora ser usufruto de todos e localizado num único espaço.*

*O problema que neste momento vejo é o problema de trânsito. Ainda ontem passei por lá e é um pandemónio; por isso os riscos amarelos que lá foram colocados, os lugares de estacionamento que lá foram colocados, parece-me que não é suficiente, ou seja, terá que haver outras alternativas, para condicionar o trânsito naquela zona, uma vez que o acesso aquele edifício grandioso das Florinhas do Vouga, se faz por uma entrada muito estreita, que é a entrada do Cemitério Central.*

*Só também uma nota, não sei se ainda extemporânea, mas não a deixarei de fazer em relação ao ramal ferroviário que já se começa a ver a sua construção. Não sei se pelo facto de ter posto as expectativas muito negras no que diz respeito ao impacto visual que aquela obra podia trazer, não sei se a estrutura está completamente construída, mas parece-me que apesar de cortar a paisagem, parece-me que é uma estrutura com que nós nos vamos habituar a conviver e poderá eventualmente não ficar tão mal, pelo menos naquilo que seriam as minhas expectativas, não me parece que fique tão mal assim, atendendo ao benefício que vai trazer à economia aveirense.*

*Também em relação aos benefícios para a economia aveirense, realçar aqui as explicações que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos prestou acerca dos resíduos sólidos urbanos e também aos resíduos industriais banais e por isso acho que é uma boa aposta também do município. Hoje os lixos não são encarados com o aspecto negativo que aqui foi dado e que tem sido também apanágio muitas vezes de críticas negativas. Hoje os lixos são entendidos como valor que deve ser tido em conta e também o seu transporte também ser valorizado e aliás o senhor Presidente da Câmara explicou aqui muito bem as opções deste município. Para já não dizer que não e porquê não dizer que sim, se isso poderá ser uma mais valia para o município de Aveiro, poder receber também essas valências, no que diz respeito ao tratamento dos lixos.*

*Por último, só uma nota que está a passar despercebida e eu não queria que isso acontecesse, que tem a ver com a diminuição do passivo. Todos nós gostaríamos que essa diminuição do passivo fosse muito superior aquela que se verifica, de dois milhões e meio de euros, mas é um registo favorável, aliás em todas as rubricas é um registo que mostra que esta Câmara Municipal de Aveiro, tem as contas equilibradas e mais do que ter as contas equilibradas, vai paulatinamente diminuindo o seu passivo e esperando nós que quando vier realmente o dinheiro para esse efeito, Aveiro possa retomar um rumo que teve que deixar de tomar há alguns tempos, que era de um crescimento sustentado de todas as valências sociais, desportivas, de apoio às colectividades, que esta Câmara não tem podido fazer face.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [077](#)

#### Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe [078](#)

Vereador Carlos Santos [079](#)

Presidente da Câmara [080](#)

*“Algumas notas em relação a alguns assuntos que terão ficado por esclarecer quanto ao empréstimo. Foram acauteladas as situações? Claro que foram todas acauteladas (o regulamento de taxas municipais é objecto de um ponto específico na ordem de trabalhos).*

*A SUMA. É só reafirmar aquilo que foi uma atitude de disponibilidade que sempre encontrámos na empresa, de grande abertura para obtermos o acordo que é bom para ambas as partes.*

*Pista de Remo. Continuamos a avançar com a negociação de terrenos. Como sabem houve dificuldades muito grandes no cadastro das propriedades. Há ainda alguns casos por esclarecer estamos agora à espera que entre alguma receita na Câmara, extra, para conseguir limpar todos os negócios que foram feitos, regularizá-los todos, para retomar as restantes negociações.*

*Quanto a OITA. Nós na abordagem a este assunto tivemos em conta aquilo que nos foi dito aqui na Assembleia por diversos membros que tinham estado já lá e que foram recebidos em OITA e procurámos dar-lhe naturalmente, na forma como recebemos a delegação de OITA, a maior dignidade, o maior respeito e a maior qualidade — penso que fomos também amáveis, que recebemos de forma elevada, e penso que com grande nível da nossa parte.*

*Estivemos permanentemente disponíveis e penso que no final, pelo menos no encontro final que nós tivemos, resultou isso da delegação de OITA, nomeadamente o senhor Presidente do Município, que se congratulou pelo modo como tinham sido recebidos.*

*Quanto agora à visita, estamos agora a prepará-la com as mesmas preocupações e dizer aqui por justiça que as pessoas que irão representar o município e as que irão na delegação, irão pagar o bilhete do seu bolso. O município não irá suportar as despesas das pessoas pelo que os quatro representantes do município, mais os seis representantes de uma instituição ligada a empresas industriais irão pagar o bilhete do seu bolso.*

*Quanto à questão que o Sr. Orlando Terra Sêca colocou (não é fácil responder,) eu não sei como é que posso fazer para trazer aquilo que penso: se eu precisar de cinco mil euros e eu for ter com o Senhor Terra Sêca e digo, preciso que me empreste cinco mil euros. E o senhor diz-me assim: - eu empresto-lhe cinco mil euros a 10%; e eu digo-lhe é muito caro! Então dir-me-á assim: - pense, tem uma semana para me dar a sua resposta.*

*Ao outro dia chego lá e digo-lhe assim: olhe, estive a pensar e aceito os 10%. Então vamos fazer um contrato e no contrato o senhor assume o compromisso de me emprestar os cinco mil euros e eu assumo o compromisso de lhe pagar os 10%.*

*Nessa altura quando eu for ter consigo para me emprestar os cinco mil euros, não sei se será correcto dizer-me assim: - olhe, eu estive a pensar e afinal aquele contrato que assinei consigo já não quero 10%, quero 11%. Não sei quem é que age mal se sou eu se é o Sr. Terra Sêca, neste exemplo.*

*Portanto eu penso que percebe, faz a relação, faz a conexão entre um caso e outro e percebe que o que foi escrito é aquilo que da nossa parte pretendemos que seja cumprido pelas duas partes.*

*Sr. Armando Vieira, quero louvar a lucidez com que falou nesta questão da operação de saneamento financeiro e a importância de não transformarmos isto do interesse do município numa chicana política.*

*Sérgio Loureiro, Aveiro CUP. Apoiamos no que é possível, fazemos a nossa obrigação, ficamos com mágoa de não podermos ajudar e colaborar mais.*

*Dr. Jorge Nascimento, SUMA, já referi. Houve essa disponibilidade e essa atenção por parte da empresa e quando assim é, é fácil e todos ganhamos.*

*Relevar também a importância que deu o Dr. Jorge Nascimento ao Plano Estratégico. Como sabem o município teve um Programa Estratégico em 1997 que foi aprovado, teve uma grande participação, recordo-me ainda de Assembleias em que esse assunto foi discutido, foi um documento muito rico e muito valioso para todos nós, marcou os últimos doze anos em Aveiro. Tudo o que se passou em Aveiro nos últimos doze anos passou-se em função daquele Plano Estratégico que foi elaborado na altura e pareceu-nos que era chegado o momento, dada a experiência positiva que se viveu há doze anos com a aprovação desse documento, pareceu-nos que era importante proceder a uma reanálise de todo esse Plano, ajustá-lo ou adaptá-lo às realidades do mundo moderno e fazer com que ele possa projectar mais doze anos para o nosso concelho; e daí que tenhamos em reunião de Câmara aberto concurso para rever, para avançar, para um Plano Estratégico em Aveiro.*

*Florentino Marques, sobre a reabertura do Museu em Santa Joana. Está para breve, até ao Natal, ainda este ano será reaberto. É uma obra excelente que respeita a nossa história, é um investimento muito grande da Administração Central. Estão ali envolvidos cerca de cinco milhões de euros que a Administração Central está a gastar na requalificação daquele espaço que tanto nos diz a nós.*

*Obras na Sé. É a mesma coisa. A paróquia foi dinâmica, liderou o processo, avançou, foi para a frente, nós apoiamos naquilo que nos foi possível em algumas áreas, nomeadamente na questão da obtenção de apoio comunitário. Prestamos todo o apoio técnico para que ele tivesse sido possível e que se revelou fundamental.*

*Florinhas do Vouga, Prof. Manuel António Coimbra, todos nós nos congratulamos muito com o início da actividade daquele edifício das Florinhas do Vouga. Foram quinze anos de luta que a paróquia teve, soube nunca desanimar, e naturalmente quando temos pessoas que nos animam os resultados são os que estão a acontecer. Penso que estamos todos felizes com o que aconteceu porque temos um concelho mais solidário com aquela Instituição a funcionar ali naquele local.*

*Sobre a última questão Dr. Pires da Rosa. Amanhã ou depois de amanhã será disponível o contrato para todos terem acesso. Mais, gostaríamos de não termos razão, mas termos o dinheiro; por agora temos a razão, mas ainda não temos o dinheiro. E esperemos pelo dia em que à nossa razão, possamos juntar o necessário dinheiro.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>081</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>082</sup>

#### Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>083</sup>

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa<sup>084</sup> deu por encerrada esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 06 de Outubro (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:45 horas do dia 30 de Setembro de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:15)